

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação registra recorde em 3 décadas puxada por salário e IOF 3

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Defesa tem R\$ 500 milhões retirados da meta 5

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Todos vamos pagar um pouco do prejuízo do caso Master , diz economista 6

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo tenta evitar nova derrota no Congresso e barrar pauta-bomba de Alcolumbre com
impacto de R\$ 40 bi em dez anos
..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda e Congresso reagem a PEC que cria novos fundos 10

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

DR com Demori: secretário de Política Econômica analisa justiça fiscal 12

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara deu resposta ao crime organizado (Artigo) 14

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

A macroeconomia para além da contabilidade (Artigo) 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Indústria perde fôlego 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

País precisa reduzir rigidez do Orçamento, defende Dario Durigan 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Mais pobres impulsionam melhora da confiança do brasileiro 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Galípolo minimiza as críticas do governo aos juros 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

BC: bancos são falíveis 22

GAZETA DO AMAPÁ - MACAPÁ - AP - ECONOMIA
ECONOMIA

Juros altos travam o crescimento do Brasil 23

Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Obra de supervisão "nunca está completa", diz Galípolo.....24

Arrecadação registra recorde em 3 décadas puxada por salário e IOF

**I CÍCERO COTRIM, MATEUS MAIA, DANIEL TOZZI,
EDUARDO LAGUNA, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS E
ANNA SCABELLO**

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 261,9 bilhões em outubro, informou a **Receita Federal**, a maior para o mês na série histórica, iniciada em 1995. O recorde foi puxado pelo bom desempenho de **tributos** ligados à renda e ao mercado de trabalho.

Em contrapartida, houve recuo na arrecadação via produção e consumo, diz o Fisco.

O resultado do mês passado é 0,92% maior comparado a outubro de 2024, descontada a **inflação** do período. Na comparação com setembro deste ano, a arrecadação cresceu 20,74% em termos reais.

O montante ficou pouco abaixo da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de R\$ 264,5 bilhões. As estimativas do mercado iam de R\$ 216,5 bilhões a R\$ 275,4 bilhões.

No relatório divulgado ontem, a Receita destacou a expansão real de 38,8% na arrecadação com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), frente a outubro de 2024, para R\$ 8,1 bilhões, puxada principalmente pelo aumento das alíquotas do imposto determinado pelo governo em junho deste ano por meio de uma medida provisória (MP), que foi derrubada pelo Congresso, mas ficou em vigor por três meses.

A MP 1.303, que trazia alternativas a uma parte do aumento nas alíquotas de IOF, determinava o aumento da alíquota de Imposto de Renda (IR) sobre Juros sobre Capital Próprio (JPC), de 15% para 20%, e a unificação da alíquota das aplicações financeiras em 17,5%, em substituição ao modelo progressivo atual, que varia de 15% a 22,5%.

Somados, o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram arrecadação de R\$ 63,3 bilhões no período, 5,54% a mais do que em outubro de 2024, já descontada a **inflação**. "Esse resultado pode ser explicado pelo crescimento real de 9,62% na arrecadação do lucro presumido e de 20,60% de outros", disse a Receita. "Esse desempenho pode ser

justificado pelas operações relativas à saída de moeda estrangeira e pelas operações de crédito destinadas a pessoas jurídicas, ambas decorrentes de recentes alterações na legislação", informou.

ANO. A arrecadação federal somou R\$ 2,3 trilhões entre janeiro e outubro de 2025. O resultado é 3,2% maior do que o observado no mesmo período de 2024, já considerando a **inflação** do período. É a maior arrecadação federal para o período da série histórica.

No acumulado do ano, a Receita destaca o crescimento real de 3,13% da receita previdenciária, a R\$ 582,5 bilhões, puxado pela expansão da massa salarial (5,74%) e pelo aumento do montante de compensações tributárias com débitos de receita previdenciária (13,98%).

Para o economista Ítalo Franca, do Santander Brasil, o resultado de outubro indica que o governo deve cumprir a meta fiscal neste ano. "No curtíssimo prazo, foi um número bastante em linha com o esperado", diz.

"O risco maior fica para 2026 tanto em relação ao cumprimento da meta fiscal quanto para as contas públicas." DESPESAS. Também ontem a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que nos três anos de governo até aqui, o Poder Executivo tentou muitas vezes avançar no controle de gastos, mas teve dificuldades de concluir reformas em razão de lobbies.

"No quesito das reformas fiscais, nós andamos muito mais lentamente do que precisávamos.

Mas, nesse quesito, é importante compartilhar as responsabilidades. O Poder Executivo tentou. Muitas vezes tivemos lobbies que impediram e outros Poderes de que pudéssemos avançar mais", disse a ministra durante almoço anual da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Durante sua fala, Tebet também destacou que o próprio setor financeiro e os bancos podem ajudar no convencimento junto ao Congresso para a redução de alguns gastos. Ela mencionou, principalmente, os elevados gastos tributários e isenções fiscais. "E aqui entram vocês, agentes do mercado, que vocês possam ser parceiros do Brasil, como muitos já são, levando a palavra não só para dentro do Poder

Executivo, mas para dentro do Congresso Nacional",
disse.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Defesa tem R\$ 500 milhões retirados da meta

O governo federal já retirou do cômputo da meta de resultado primário as despesas com projetos estratégicos em defesa nacional, no valor de R\$ 500,0 milhões. Essa exclusão consta do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas de 2025 relativo ao 5º bimestre, divulgado na noite da última sexta-feira, 24.

A lei que autoriza o governo a gastar até R\$ 5 bilhões por ano - pelos próximos seis anos - em projetos de defesa nacional por fora das regras do arcabouço fiscal foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início da semana passada. O desconto - tanto do cálculo da meta de resultado primário quanto do limite de despesas estabelecido na Lei Complementar nº 200, de 2023 (que instituiu o arcabouço fiscal), para o Poder Executivo - das despesas com projetos estratégicos em defesa nacional é limitado a R\$ 3,0 bilhões em 2025. É exigido que sejam despesas de capital e que contribuam com o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa.

Entre os projetos de defesa que devem ser beneficiados estão o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

O governo justificou que, após apuração das despesas que cumprem com os requisitos estabelecidos pela lei, decidiu "usar a faculdade de dedução das regras fiscais no montante de R\$ 500,0 milhões". Os ministérios do Planejamento e Orçamento e da Fazenda ressaltaram no relatório que uma eventual ampliação de despesas até o limite autorizado pela lei "não impactará a meta de resultado primário, tampouco o limite de gastos".

EXCLUSÕES

Assim como nos bimestres anteriores, também ficam fora do cômputo da meta o valor necessário para a quitação dos precatórios, de R\$ 40,6 bilhões, e o montante equivalente ao ressarcimento a aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos pelo Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**, de R\$ 3,3 bilhões.

O governo revisou a sua estimativa de déficit primário de 2025, de R\$ 30,2 bilhões para R\$ 31,3 bilhões,

considerando as despesas que não são apuradas para fins do cálculo do alvo fiscal. A meta deste ano é de um déficit de 0% do Produto Interno Bruto (**PIB**), com tolerância de 0,25 ponto porcentual para mais ou para menos - ou seja, aceitando um déficit de até R\$ 31 bilhões.

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com>

Todos vamos pagar um pouco do prejuízo do caso Master , diz economista

Por BBC

A liquidação extrajudicial do Banco Master, decretada pelo Banco Central na semana passada, é um exemplo de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos, avalia Roberto Luis Troster, sócio da consultoria Troster no ataque hacker que desviou cerca de R\$ 1 bilhão de instituições de pagamento em julho de 2025; e no envolvimento de fundos de investimento em operações de lavagem de dinheiro do crime organizado, reveladas pela operação Carbono Oculto.

O Banco Central, desde a época do governo Bolsonaro, sob a gestão do Roberto Campos Neto, fez um trabalho muito bom de democratizar o mercado [financeiro] , pondera Chaia.

Ele cita iniciativas como o open banking (sistema que permite o compartilhamento de dados e serviços bancários entre diferentes instituições financeiras), a multiplicação das fintechs e bancos digitais e o próprio Pix, como fatores que ajudaram a popularizar o acesso das pessoas aos bancos, nos últimos anos, ampliando ao mesmo tempo a competição no setor bancário.

Mas acredito que, ao mesmo tempo, o Banco Central foi leniente, não especificamente com o Master, mas com a expansão do mercado financeiro como um todo , diz o especialista, que acredita que agora o BC deve fazer nos próximos anos um freio de arrumação , endurecendo regras para fechar brechas regulatórias que foram exploradas pelas instituições financeiras.

Para Troster, no caso Master, está claro que o BC demorou a intervir.

Mas o importante é que resolveu e não permitiu a fusão com o BRB [Banco de Brasília] , destaca o economista, citando operação barrada pelo Banco Central em setembro e investigada pela Polícia Federal.

À época, deputados chegaram a aprovar a urgência de um projeto de lei que permitiria a demissão de diretores do BC, numa tentativa de pressionar pela aprovação da compra.

O episódio revelou alguns dos muitos laços do Master e do banqueiro Daniel Vorcaro com o mundo político.

Vorcaro já teve em sua folha de pagamentos, como advogados ou consultores, nomes como Ricardo Lewandowski (ex-ministro do STF e hoje ministro da Justiça), Henrique Meirelles e Gustavo Loyola (ex-presidentes do Banco Central), Guido Mantega (ex-ministro da Fazenda), além de Viviane Barci de Moraes, esposa de Alexandre de Moraes, e o ex-presidente da República Michel Temer.

O mais importante é que, apesar da dimensão [do caso Master] não tivemos uma crise sistêmica e essa é a função principal [da intervenção do BC ao liquidar o banco] , considera Troster.

O FGC deveria mudar?

Após a liquidação do Master, vem sendo discutida a possibilidade de mudanças no FGC, como a redução do valor segurado (atualmente em R\$ 250 mil) ou a cobertura apenas do valor principal investido, sem os rendimentos.

A ideia com isso seria estimular investidores a analisarem melhor os riscos de seus investimentos e a saúde financeira dos emissores de títulos bancários.

Isso porque, na prática, com a garantia do FGC, o investimento em CDBs e letras de crédito até R\$ 250 mil por instituição financeira não tem nenhum risco para o investidor.

A garantia do FGC é inclusive usada como propaganda pelas plataformas de investimento para estimular aportes em títulos muitas vezes arriscados, mas de alto retorno - como os CDBs do Banco Master.

Isso possibilitou uma forte desconcentração bancária no Brasil nos últimos anos, com o surgimento de diversas instituições financeiras de pequeno e médio porte, que conseguem captar recursos, mesmo sem ter uma rede própria de distribuição, tendo seus títulos vendidos por marketplaces de investimento.

No caso do Master, por exemplo, dos R\$ 41 bilhões dos CDBs emitidos com garantia do FGC, cerca de R\$ 36 bilhões foram emitidos pelas três maiores plataformas digitais de investimentos: XP, BTG Pactual e Nubank, segundo o jornal Valor Econômico. As três instituições não responderam a pedido de

comentário do jornal.

Tanto Troster como Chaia minimizam o papel das plataformas na crise do banco Master. Na opinião de ambos, elas são apenas intermediárias na negociação de papéis que, até a eclosão da crise e das suspeitas de fraude na gestão do banco, operavam dentro da legalidade do sistema financeiro.

Eles também veem com reservas a possibilidade de mudança nas regras do FGC, já que isso pode desestimular o investimento em títulos de bancos pequenos e médios, reduzindo a competitividade do sistema e aumentando o custo de captação para essas instituições financeiras menores.

Troster defende a redução do valor segurado, mas é contrário à restrição da cobertura ao principal, sem os juros.

No mercado, avalia-se que esta segunda medida poderia inviabilizar o seguro como um instrumento para evitar corridas bancárias - quando um grande número de clientes de um banco saca seus depósitos ao mesmo tempo, temendo que o banco possa falir, o que pode, em si, levar a instituição à falência.

Já Chaia é contrário a ambas as medidas cogitadas hoje no mercado, que avalia como punitivas aos investidores. E defende que a atuação do BC deve se centrar no balanço dos bancos.

A melhor solução é o Banco Central regular a competição entre os bancos, proibir que um banco pequeno faça uma oferta de captação irreal pelo risco da operação e evite que ele pegue esse dinheiro e compre ativos de alto risco para poder pagar essa conta, defende.

Ele observa que o BC já vem atuando nesse sentido. Desde agosto, e já devido ao caso do Banco Master, o Conselho Monetário Nacional (CMN) endureceu algumas regras para as instituições financeiras associadas ao FGC.

A principal mudança diz respeito ao grau de alavancagem das instituições financeiras participantes do fundo. Por meio da alavancagem, uma instituição pega dinheiro emprestado para investir, multiplicando o valor aplicado, porém expondo-se a riscos.

A partir de junho do próximo ano, a instituição associada ao FGC que estiver excessivamente alavancada, com valor de referência superior a 10 vezes seu patrimônio líquido ajustado, deverá aplicar o excedente de recursos em títulos públicos federais, considerados investimentos seguros.

A mudança pretende reduzir brechas que permitiam às instituições associadas ao FGC arriscarem-se excessivamente no mercado financeiro.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Todos vamos pagar um pouco do prejuízo do caso Master, diz economista

PORTAL TERRA

Todos vamos pagar um pouco do prejuízo do caso Master, diz economista

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/11/25/todos-vamos-pagar-um-pouco-do-prejuizo-do-caso-master-diz-economista.ghtml>

Governo tenta evitar nova derrota no Congresso e barrar pauta-bomba de Alcolumbre com impacto de R\$ 40 bi em dez anos

Diante de desgastes recentes com o Senado, o governo pode enfrentar uma nova derrota nesta terça-feira com a votação de um projeto que prevê regras especiais de aposentaria a agentes comunitários de saúde e de combate as endemias. O impacto estimado caso seja aprovada é de R\$ 40 bilhões nos próximos dez anos. Apesar da preocupação do Palácio do Planalto sobre os efeitos econômicos da medida, a articulação política do governo não conseguiu barrar a inclusão da proposta na pauta e agora age para convencer os senadores a rejeitarem o texto.

Na segunda-feira, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, fez um apelo para que o Senado não aprove o projeto. Ele disse que se a proposta avançar no Congresso, a Fazenda vai recomendar o veto integral, e se o veto cair, vai recorrer à Justiça. O projeto depende de aprovação por quórum qualificado e ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados.

- Faço um apelo do projeto de lei de agentes comunitários de saúde. Tem um impacto muito grande para os cofres públicos. Do ponto de vista da equipe econômica, temos que fazer o trabalho de defender que não seja aprovado. Se uma matéria como essa passe, precisaremos fazer o veto, se o veto cair, precisaremos ir ao Supremo - disse Durigan.

Contudo, na véspera da votação do projeto, integrantes do Planalto avaliam que o clima no Senado não favorece o governo. Alcolumbre não está falando com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), após o presidente ter indicado, na quinta-feira, Jorge Messias, advogado-geral da União, para a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Alcolumbre vinha trabalhando por Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Wagner pode até encaminhar contra a aprovação do projeto, mas só isso não resolverá, disse um auxiliar do presidente Lula. O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), também foi escalado para articular pela não aprovação da matéria.

Segundo estimativas preliminares do Ministério da Previdência, o impacto do projeto supera R\$ 40 bilhões em dez anos. Do total 63% afetam as contas dos municípios 37%, as contas da **Previdência Social**. O cálculo considera a existência de 366.612 agentes comunitários em todo o país. A projeção de aumento de despesas para a União leva em conta que cerca de 3,4 mil municípios não têm regimes próprios e dependem do **INSS**.

A projeção de impacto pode ser ainda maior porque não considera o risco jurídico de a Justiça ampliar as novas regras para as demais categorias de trabalhadores, com base no princípio da isonomia.

O projeto permite que os agentes comunitários possam se aposentar aos 52 anos (homem) e 50 anos (mulher), com 20 anos de serviço na atividade para toda a categoria, até quem ainda não ingressou. Além disso, garante aposentadoria em valor integral ao último da carreira, a chamada integralidade e os mesmos reajustes salariais dos trabalhadores ativos, paridade. Também assegura pensão em valor integral.

O projeto, de autoria do senador Veneziano Vital do Rego (MDB-PB), já foi aprovado pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do Senado. Foi incluído na pauta por Alcolumbre (União-AP), um dia após a indicação de Messias para o STF.

Pesa a favor da categoria, a proximidade do ano eleitoral. Os agentes comunitários são considerados cabos eleitorais pela influência que exercem nos domicílios. O projeto foi apresentado em 2024 e conta com apoio da maioria dos parlamentares.

Especialistas em previdência criticam a proposta não só pelo impacto fiscal, mas também pelo fato de o projeto trazer de volta os benefícios da integralidade e paridade que acabaram em 2001 no serviço público. E no **INSS**, cria esses dois conceitos que nunca existiram.

- Esse projeto é uma insanidade, um descalabro. Se

for aprovado, estaremos regredindo cinquenta anos na questão previdenciária - disse o economista Paulo Tafner.

Para Leonardo Rolim, ex-presidente do **INSS** e um dos autores da reforma de 2019, que fixou idade mínima de aposentadoria para os demais trabalhadores, além de criar uma categoria privilegiada, o projeto é inconstitucional.

- O projeto fere a Constituição ao não apresentar uma fonte de compensação para os municípios e para a União, que terão aumento das despesas previdenciárias.

O projeto se assemelha a uma proposta de emenda à Constituição (PEC), aprovada por ampla maioria na Câmara dos Deputados e enviada ao Senado. A proposta também assegura benefícios integrais e mesmos reajustes salariais dos ativos. Mas com regras de transição e sem incluir pensão integral. A PEC é também de autoria legislativa, tendo sido apresentada em 2021.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/11/25/governo-tenta-evitar-nova-derrota-no-congresso-e-barrar-pauta-bomba-de-alcolumbre-com-impacto-de-r-40-bi-em-dez-anos.ghtml>

Fazenda e Congresso reagem a PEC que cria novos fundos

Cristiano Zaia

Em poucos dias, uma comissão especial instalada na Câmara com apoio do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) para agilizar uma proposta de emenda constitucional (PEC) que aumenta repasses da União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e cria fundos constitucionais para as regiões Sul e Sudeste já provocou uma reação contrária da equipe econômica do governo, de bancadas do Congresso e até de setores do meio empresarial.

Enquanto o governo acredita que a proposta cria mais vinculações ao Orçamento, as regiões que já contam com os fundos previstos na Constituição - Nordeste, Norte e Centro-Oeste -, temem que ela futuramente provoque uma briga federativa pelos recursos da União que abastecem os fundos.

Esses fundos constitucionais são provenientes de 3% de toda a arrecadação com Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), somadas.

A PEC 27/2023, de autoria de diversos deputados, aumenta dos atuais 50% para 53,5% a repartição de toda a arrecadação anual dos dois **impostos** federais juntos. Esse bolo abastece hoje os fundos de participação dos Estados e dos municípios e ainda alimenta os três fundos constitucionais existentes (FNE, FNO e FCO).

De acordo com a proposta, caso seja aprovada, os 3,5% a mais seriam assim divididos: 1% para o fundo do Sul, 1% para o fundo do Sudeste, mais 1% para o FPM, e outros 0,5% para a área de segurança pública - hoje 3% vão pra os fundos: 1,8% para o FNE; 0,6% para o FNO; e 0,6% para FCO.

Pela proposta, o FPM, que conta atualmente com 22,5% desses dois **impostos** arrecadados, também passaria a contar com 23,5%.

No Ministério da Fazenda, a PEC não foi bem recebida. Ao Valor, o Tesouro Nacional disse em nota que o aumento do percentual de recursos federais para o FPM previsto na PEC "vai em linha contrária ao esforço fiscal corrente da União de aumentar gradativamente os resultados primários a fim de promover a estabilização da dívida pública do país".

O órgão argumenta que os repasses ao FPM têm registrado ultimamente um "crescimento expressivo" e em tese não haveria motivo para criar mais vinculações ao Orçamento, "já caracterizado por ser bastante engessado,

com diversas vinculações e despesas obrigatórias".

Já em relação aos possíveis novos fundos constitucionais, o Tesouro questiona "se não existem outras formas mais eficientes de atender aos programas de desenvolvimento regional". "Melhor seria poder adequar o Orçamento às necessidades e prioridades da sociedade em cada ano", acrescenta.

Para o vice-líder do governo na Câmara, o deputado nordestino Rubens Pereira Jr. (PT-MA), quando se criam fundos regionais de combate à desigualdade são priorizadas naturalmente algumas regiões mais necessitadas, como foi o caso do Nordeste. "Se cria para todas, você não combate mais desigualdade", disse ao

Valor. "Pode haver uma reação forte a essa PEC. Essa ideia de botar uma região para brigar com a outra é ruim para o país."

Em nível regional e entre federações empresariais, a PEC também causa preocupações. "Entre criar outro fundo ou aumentar o nosso, eu sou mais aumentar o nosso, porque nós continuamos pobres. Não vou apoiar que tirem recursos do Nordeste", disse o deputado Julio Cesar (PSD-PI), que coordena a bancada nordestina no Congresso.

"A PEC foi elaborada quando tínhamos outra base tributária no país. Com a reforma, aprovar esse texto pode significar aumento de alíquota para o IVA [novo imposto criado]. De onde vai vir o dinheiro para bancar aumento de FPM?", ponderou Sidney Leite, coordenador da bancada do Norte na Câmara.

Em nota, o presidente do Sistema Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (Famato), Vilmondes Tomain, apoia outros fundos, mas defende que eles "representem um esforço

adicional de solidariedade federativa, e não um movimento de competição ou perda de recursos entre

as regiões brasileiras".

Já a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apoia a PEC, com ressalvas. Em sua agenda legislativa para 2025, a entidade adverte que a proposta precisa ter um alcance mais limitado, com percentuais menores para os fundos de Sul e Sudeste e seja direcionado apenas às sub-regiões mais necessitadas.

Quem defende a PEC - bancadas do Sul e Sudeste e setores empresariais dessas regiões -, argumenta que apesar dos melhores índices socioeconômicos, essas regiões também possuem subregiões pobres ou com carência de políticas regionais e também de mais linhas de crédito para empreender.

"Nenhuma região vai perder recursos. Se melhorar a arrecadação e o desenvolvimento de Sul e Sudeste, melhoramos das outras três regiões também", disse o deputado Toninho Wandscheer (PP-PR), um dos autores da PEC.

A comissão, instalada no dia 5 de novembro, promete fazer um grande movimento pela aprovação da proposta - ela também vai analisar outras oito PECs similares e a ideia é elaborar um texto comum. E após o sinal verde de Hugo Motta para tentar acelerar sua votação, o colegiado já aprovou diversas audiências públicas com entidades empresariais e municipalistas.

Foram chamados todos os governadores das duas regiões interessadas, como Tarcísio de Freitas (São Paulo), Ratinho Junior (Paraná) e Romeu Zema (Minas Gerais).

O relator, Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), disse ao Valor, no entanto, que decidiram ganhar mais tempo para as discussões e adiar as audiências para fevereiro de 2026.

Em 2023, o governador gaúcho Eduardo Leite (PSD), inclusive, liderou uma articulação para criar um fundo constitucional exclusivo para o Sul e tentou inserir a proposta na **reforma tributária**. À época, no entanto, o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), não incluiu em seu parecer.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

DR com Demori: secretário de Política Econômica analisa justiça fiscal

Doutor em economia pela Universidade de Campinas (Unicamp) e atual secretário nacional de Política Econômica do Ministério da Fazenda, o economista Guilherme Mello é o convidado desta terça-feira (25) do DR com Demori . Na entrevista, que vai ao ar na TV Brasil às 23h, Mello fala sobre combate à fome, investimentos públicos estruturais, **reforma tributária** e justiça fiscal.

Graduado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e em ciências econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre em economia política pela mesma instituição e doutor em ciência econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mello acumula ainda experiência na academia como professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp.

O convidado comenta ainda a inédita inclusão do tema da taxação dos super-ricos na agenda do G20 pelo Brasil, vista por muitos como um "tabu" . "Pela primeira vez uma declaração conjunta dos 20 maiores países do mundo trouxe o tema da taxação dos super-ricos como um compromisso desses países. Eles devem trabalhar em uma proposta para fazer essa taxação de uma forma que não seja espoliativa, mas que seja capaz de angariar recursos para combater a fome, a pobreza e financiar a transformação ecológica", afirma.

No tema da **reforma tributária**, o secretário aponta as propostas para tornar a carga mais justa. "Você não vai mais tributar exportação, totalmente isento. Você não vai mais ter imposto em cascata. Você não vai ter mais guerra federativa e você ainda vai fazer o cashback para os mais pobres. Além do que, nós vamos isentar totalmente a cesta básica", explica.

Segundo Guilherme Mello, o objetivo do cashback é devolver parte dos **impostos** por meio de um sistema "completamente automatizado" . "Vai ser o sistema de aferição de imposto mais moderno do mundo. A gente vai conseguir medir **inflação** e **PIB**, quase que em tempo real, porque todas as informações vão chegar e você vai conseguir automaticamente ter essas informações à mão", completa.

Após a exibição na TV Brasil , o DR com Demori também fica disponível, na íntegra, no YouTube e no

aplicativo da TV Brasil Play. O programa é transmitido em áudio, simultaneamente, na Rádio MEC , e as entrevistas ficam disponíveis em formato de podcast no Spotify.

O programa Dando a Real com Leandro Demori, ou simplesmente DR com Demori , traz personalidades para um bate-papo direto e aprofundado na tela da TV Brasil .

Já passaram pela mesa nomes como o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes; a deputada federal Erika Hilton; o ex-ministro José Dirceu, o ator Caio Blat, a cantora Zélia Duncan; e o fundador da banda Pink Floyd, Roger Waters.

Acompanhe a programação da TV Brasil pelo canal aberto, TV por assinatura e parabólica. Sintonize: <https://tvbrasil.ebc.com.br/comosintonizar> .

Serviço

DR com Demori - Guilherme Mello

Terça-feira, 25 de novembro, às 23h, na TV Brasil e Rádio MEC

Quarta-feira, 26 de novembro, às 4h30, na TV Brasil

Site - <https://tvbrasil.ebc.com.br>

Facebook - <https://www.facebook.com/tvbrasil>

Instagram - <https://www.instagram.com/tvbrasil>

YouTube - <https://www.youtube.com/tvbrasil>

X - <https://x.com/TVBrasil>

TikTok - <https://www.tiktok.com/@tvbrasil>

TV Brasil Play - <http://tvbrasilplay.com.br>

Notícias Relacionadas:

AGÊNCIA BRASIL

DR com Demori: secretário de Política Econômica analisa justiça fiscal

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2025/11/25/dr-com-demori-secretario-de-politica->

economica-analisa-justica-fiscal.htm

Câmara deu resposta ao crime organizado (Artigo)

Hugo Motta

Hugo Motta PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

Na noite de 18 de novembro, a Câmara dos Deputados aprovou uma das respostas legislativas mais estruturadas e abrangentes já elaboradas pelo Estado brasileiro para enfrentar o crescimento e a sofisticação das organizações criminosas.

A aprovação do Projeto de Lei n.º 5.582/2025, resultado de extenso diálogo institucional e de contribuições provenientes de diversas áreas técnicas, inaugura um novo marco normativo moderno, sistematizado e alinhado às melhores práticas internacionais de combate ao crime organizado.

A expressiva votação - 370 votos favoráveis - demonstra que o Marco Legal de Combate ao Crime Organizado não pertence a espectros ideológicos ou disputas partidárias. É, antes, uma decisão de Estado, tomada por representantes eleitos, em consonância com a demanda social por segurança pública eficaz, previsibilidade jurídica e fortalecimento das instituições responsáveis pela preservação da ordem.

O Brasil experimenta, nas últimas décadas, um processo contínuo de expansão das organizações criminosas, que deixaram de atuar de forma fragmentada e passaram a operar em estruturas empresariais, com camadas hierárquicas definidas, profissionalização das funções internas, acesso a armamentos de uso restrito e atuação simultânea em diferentes territórios. A presença dessas organizações afeta a atividade econômica, compromete políticas sociais, corrompe instituições e coloca o Estado em permanente situação de alerta.

Diante desse cenário, a resposta legislativa precisa ser sistêmica.

O cidadão que vive diariamente sob riscos **impostos** pelo crime não debate a autoria de artigos ou dispositivos; ele exige proteção institucional, estabilidade jurídica e presença efetiva do Estado. A aprovação do marco legal estabelece um ponto de inflexão: o País deixa de reagir e passa a atuar de maneira preventiva, inteligente e integrada.

Durante a tramitação, a Câmara dos Deputados realizou audiências com a Polícia Federal, o Ministério Público, o Ministério da Justiça, especialistas em segurança pública, estudiosos de criminalidade organizada e representantes do Judiciário. O projeto foi construído com base em evidências, dados oficiais e análises técnicas que permitiram construir um texto robusto, coerente e constitucionalmente sólido. O resultado é um arcabouço legislativo que incide diretamente sobre três dimensões fundamentais: a capacidade operacional das facções, sua estrutura financeira e sua estratégia de expansão territorial.

O marco legal se apoia em cinco pilares essenciais. O primeiro é a atualização das tipificações penais, incorporando condutas contemporâneas do crime organizado, como domínio territorial armado, utilização de estruturas empresariais fictícias e emprego de meios digitais para comando e difusão de ordens. O segundo pilar é o endurecimento proporcional das penas, alcançando até 66 anos de reclusão para líderes de facção, alinhando a legislação brasileira a parâmetros internacionais de punição para crimes de alta complexidade.

O terceiro pilar é a asfixia financeira, com mecanismos rigorosos de sequestro, perda alargada de bens e rastreamento patrimonial, inclusive no exterior.

O quarto pilar prevê intervenção e responsabilização de pessoas jurídicas utilizadas para lavagem de capitais e dissimulação de patrimônio ilícito.

Por fim, o quinto pilar qualifica a execução penal, fortalecendo o regime de segurança máxima, com isolamento de lideranças, restrição de comunicações e integração com sistemas de inteligência.

O Parlamento cumpre, assim, a função prevista no artigo 1.º da Constituição: exercer o poder conferido pelo povo, produzindo normas que traduzam expectativas sociais e fortaleçam a capacidade institucional do Estado. A aprovação do marco legal reflete a compreensão coletiva de que a segurança pública não é pauta episódica, mas política de Estado, que demanda ações contínuas, coordenação federativa e instrumentos legais modernos.

Os que votaram contrariamente ao texto, amparados em interpretações imprecisas, em narrativas

desconectadas da realidade operacional das forças de segurança, terão de justificar à sociedade sua decisão.

O Brasil não pode se render a argumentos que negligenciam a força das facções sobre a vida cotidiana de milhões de pessoas.

O dia 18 de novembro passa a integrar a cronologia das grandes decisões legislativas do País. Não como ato isolado, mas como marco de uma política pública estruturada, que reconhece a gravidade do fenômeno criminal e oferece instrumentos eficazes para enfrentá-lo. O Estado brasileiro dá um passo institucional firme, responsável e técnico em direção a um futuro em que a segurança pública seja construída com planejamento, racionalidade e compromisso federativo.

A união que se observou na Câmara dos Deputados demonstra que, quando o Brasil coloca o interesse público acima das disputas transitórias, suas instituições respondem com força e maturidade. E é essa postura que continuará a orientar o enfrentamento ao verdadeiro inimigo da Nação: o crime organizado. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A macroeconomia para além da contabilidade (Artigo)

1. Ver, por exemplo, o recente artigo do economista André Lara Resende: glo.bo/p5n66nf Giuliano Contento de Oliveira é professor livre-docente do Instituto de Economia da Unicamp.

A expansão da dívida pública não é, por si só, um problema - mas tampouco é, automaticamente, uma fonte de riqueza duradoura. A diferença entre um e outro resultado depende menos da contabilidade e mais do tempo, das expectativas e da confiança que sustentam o valor da riqueza.

Nos últimos anos, tem ganhado destaque a ideia de que o aumento do passivo público corresponde, necessariamente, à expansão do ativo financeiro privado (1). O raciocínio é simples, mas nem sempre devidamente compreendido: quando o governo gasta mais do que arrecada, ele cria um passivo - moeda, títulos ou reservas - que é, ao mesmo tempo, o ativo de alguém. Contabilmente, o déficit de um setor é sempre o superávit de outro. Trata-se de uma verdade irrefutável.

É preciso lembrar, contudo, que a macroeconomia não é um balanço estático, mas um processo em movimento - no qual o valor da riqueza depende de sua validação no tempo, e, portanto, está sempre submetido à incerteza.

A contabilidade registra o que ocorre em t_0 , no momento em que o gasto é realizado. Nesse instante, a emissão de passivos públicos se traduz em novos ativos privados - depósitos, reservas ou títulos. Mas, a partir de t_1 , o valor desses ativos dependerá de um conjunto de condições que transcendem a simples contabilidade.

A expansão da dívida pública só se converte em aumento efetivo da riqueza financeira privada líquida quando quatro condições básicas estão presentes.

Primeiro, as expectativas de **inflação** precisam estar ancoradas, de modo que o gasto público não gere pressões de preços capazes de corroer o poder de compra dos ativos financeiros.

Segundo, a política de juros deve ser calibrada para evitar a desvalorização dos títulos públicos por reprecificação.

Terceiro, é necessário que o setor privado mantenha disposição para carregar esses ativos, sem fuga para moedas estrangeiras ou ativos reais.

Por fim, a confiança no Estado como emissor é decisiva: a credibilidade da política fiscal e monetária é o que garante que a dívida pública seja percebida como reserva segura de valor.

A essas condições financeiras somam-se outras de ordem econômica e estrutural: a capacidade produtiva para absorver o aumento da demanda sem gerar pressões inflacionárias, a solidez da posição externa e a estabilidade política que sustenta a confiança nos compromissos do Estado. Sem esse conjunto de fundamentos, a expansão da dívida pública tende a gerar valorização apenas nominal - e não riqueza efetiva no tempo.

Mesmo o investimento público produtivo pode, no curto prazo, provocar reprecificação e queda do valor dos ativos, se as taxas de juros subirem. Ainda assim, no médio e longo prazo, esse mesmo investimento pode se validar, à medida que a renda e a produtividade ampliam a base real da valorização da riqueza.

Essa contradição mostra, antes de tudo, que o investimento público exerce papéis duplos em uma economia: é fonte de demanda no presente e de oferta no futuro. Seus efeitos aparecem primeiro sobre a demanda agregada e, apenas depois, sobre a capacidade produtiva. Quando bem-sucedido, o investimento realizado mediante expansão fiscal amplia a renda e a produtividade, lançando as bases para a validação da riqueza financeira privada líquida.

O problema, portanto, não está no déficit público em si, mas na sua capacidade de gerar as condições para que a riqueza que a contabilidade registra em t_0 possa ser efetivamente validada no tempo (t_1 , t_2 ... $t?$).

É comum ouvir que os mercados "não compreendem" a identidade contábil segundo a qual o passivo público é o ativo privado. Mas, na prática, os mercados conhecem essa relação e reagem de acordo com as expectativas sobre a validação futura da riqueza. Quando percebem que o ritmo de endividamento supera a capacidade real da economia de gerar produtividade e renda, reprecificam os ativos públicos:

vendem títulos, exigem prêmios de risco mais altos e buscam refúgio em outras moedas. O que muda, portanto, não é a contabilidade, mas o valor atribuído a ela.

Em outras palavras, os mercados não reagem contra a contabilidade, mas contra o risco de que ela se torne fictícia - quando os números dos balanços deixam de refletir riqueza efetivamente validada no tempo.

Portanto, a macroeconomia deve partir da contabilidade, mas precisa ir além dela. O essencial não é o tamanho da dívida pública, mas a função que ela cumpre em uma sociedade. A dívida que financia investimento produtivo pode ser integralmente validada, caso amplie suficientemente a produtividade e a capacidade de geração de renda. Já a dívida que cresce pelo pagamento de juros aumenta a riqueza nominal, mas reduz a estabilidade - infla, mas, depois, destrói o valor dos ativos.

Chega-se, assim, a uma conclusão clara: se a expansão fiscal for direcionada para finalidades capazes de aumentar suficientemente a produtividade e a renda de forma sustentável ao longo do tempo, haverá validação econômica do registro contábil.

As dúvidas dos mercados, em última instância, giram em torno de uma pergunta simples: a expansão da dívida pública será um motor de geração de produtividade e renda? Ou apenas mais um espelho de promessas que o futuro desmentirá? A condição de validação macrofinanceira do investimento público, referente à relação entre o seu retorno econômico e o custo do financiamento incorrido para realizá-lo, cumpre papel decisivo nesse processo.

Do ponto de vista dos mercados financeiros, o investimento público financiado por dívida só se valida quando a taxa de retorno - em termos de renda e produtividade gerada - supera o custo médio de financiamento do governo. Em um regime de juros estruturalmente elevados, como o brasileiro, essa condição de validação macrofinanceira é permanentemente questionada pelos detentores de riqueza.

Com efeito, a política fiscal se torna estrangida pela lógica de valorização da riqueza sob dominância financeira, e o investimento público acaba relegado ao papel de variável de ajuste - em vez de instrumento central do desenvolvimento.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Indústria perde fôlego

Mesmo com um aumento na produção na virada de setembro para outubro (de 50,1 para 51,5 pontos), a indústria chega ao fim do ano com perda de fôlego no emprego e nas exportações. De acordo com a Sondagem Industrial

divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta segunda-feira (24), a expectativa de demanda por produtos industriais recuou para 51,3 pontos em novembro, o pior resultado para o período desde 2016. A deterioração das expectativas ocorre em um ambiente de inflação em desaceleração, mas ainda pressionada por juros elevados e incerteza fiscal. Para Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI, esse contexto limita o apetite das empresas. Segundo ele, o aumento da produção aliado à queda na demanda pode levar a um acúmulo de estoque no longo prazo, o que representa risco para as empresas em ambiente de juros altos. A utilização da capacidade instalada subiu de 70% para 71% em outubro, mas permanece abaixo dos níveis de igual período de 2024 (74%).

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

País precisa reduzir rigidez do Orçamento, defende Dario Durigan

Marcelo Osakabe

A agenda econômica do Brasil nos próximos anos precisa passar pela redução da rigidez do Orçamento e abertura do espaço para o investimento público, afirmou nesta segunda-feira o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Em discurso na abertura do encontro anual da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em

São Paulo, Durigan afirmou que essa agenda passa por mecanismos de aumento da produtividade e pela indução de uma maior poupança privada no Brasil.

"O Pé-de-Meia [ajuda a estudantes do ensino médio] é um exemplo nesse sentido", disse Durigan, que também citou a revisão da regra de valorização do salário mínimo e de outros benefícios sociais, como seguro-defeso e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Durigan celebrou os números da economia do terceiro governo Lula, como "taxas de crescimento do **PIB** não vistas desde o início da década de 2000 e a menor taxa de desemprego da série histórica", e afirmou que o governo federal contribuiu "de forma decisiva" para o maior ajuste fiscal nos últimos 30 anos.

Entre 2023 e 2024, o ajuste feito foi da ordem de 1,7 ponto porcentual do **PIB** no critério acima da linha e, pelo critério do BC (abaixo da linha), de 2,3 pontos do **PIB**, disse. "As regras da Lei de Responsabilidade Fiscal [LRF], combinadas com as do arcabouço, vão se consolidando como a arquitetura básica para perseguir controle e retomada da receita."

Tebet

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse nesta segunda-feira que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva andou "muito mais lentamente do que precisávamos" em termos de reformas fiscais, mas afirmou que a responsabilidade precisa ser compartilhada com os demais Poderes.

"Quando se fala em revisão de gastos, o Congresso também tem dificuldade em avançar", disse Tebet, que discursou na abertura do encontro da Febraban.

Ele citou avanços na fiscalização de programas sociais como o Atestmed do Ministério da Previdência, o Comprev e o segurodefeso, "todos visando economia para que pudéssemos equilibrar as contas públicas".

Por outro lado, lembrou, não se conseguiu avançar em outras medidas de economia maior, como o fim de desoneração da folha salarial, o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), a PEC dos supersalários e outras medidas de atualização e fiscalização do BPC.

Somente a nova regra do Fundeb, que alocaria 20% dos recursos da União ao ensino em tempo integral, daria folga de R\$ 15 bilhões ao Orçamento, disse Tebet.

A ministra celebrou a aprovação da Emenda Constitucional 136, que limita o pagamento de precatórios e que, segundo ela, evitou o "encontro marcado com o shutdown das contas públicas em 2027".

Para 2026, Tebet declarou que não há novos gastos públicos em vista, mas mesmo assim cobrou o avanço de medidas de redução de despesas, como o corte linear dos gastos tributários, que tramita no Congresso. Ela também exortou o Brasil a deixar de ser "o país do improviso" e lembrou que o ministério vai entregar, no próximo ano, a Estratégia Brasil 2050, documento construído ao longo de um ano e meio e que pretende traçar o caminho para dobrar o **PIB** per capita nos próximos 25 anos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Mais pobres impulsionam melhora da confiança do brasileiro

Alessandra Saraiva

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subiu 1,3 ponto em novembro, para 89,8 pontos, informou na segunda-feira (24) o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). A expansão, que conduziu o indicador ao maior patamar dezembro de 2024 (91,3 pontos), foi a maior desde maio deste ano (1,9 ponto), informou Anna Carolina Gouveia, economista do FGV Ibre.

Para ela, o aumento, o terceiro consecutivo, foi impulsionado por menor ritmo de **inflação**, nos últimos três meses, principalmente em alimentos. Isso na prática abriu mais espaço no orçamento das famílias para novas compras. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho continuou a mostrar resultados expressivos. Isso potencializa renda originada do trabalho, maior fonte de recursos para consumo, notou.

A técnica comentou que, de outubro para novembro, foram observadas respostas positivas tanto nas perguntas sobre o presente quanto nas relacionadas ao futuro, no ICC. O Índice de Situação Atual (ISA) subiu 1,8 ponto, para 84,8 pontos, e o Índice de Expectativas (IE) cresceu 1 ponto, para 93,8 pontos, no período.

"Podemos dizer que ocorreu, nos últimos três meses, uma recuperação gradual [na confiança do consumidor]", disse ela.

Um aspecto que colaborou para a expansão da confiança em novembro foi o maior otimismo entre consumidores de menor poder aquisitivo, acrescentou. Nas quatro faixas de renda pesquisadas pela fundação, as maiores altas no ICC, em novembro, ocorreram nas famílias com renda mensal até R\$ 2.100 (alta de 3,6 pontos) e nas famílias com renda entre R\$ 2,100,01 e R\$ 4.800 (aumento de 4,2 pontos).

"Isso porque com a **inflação** mais fraca, principalmente em alimentos, essas faixas de renda [menores] são mais beneficiadas" disse. A compra de alimentos compõe importante fatia na cesta orçamentária dos mais pobres.

No entanto, Gouveia informou não enxergar possibilidade de continuidade, em horizonte de longo

prazo, no aumento da confiança do consumidor. Mesmo com **inflação** mais fraca e emprego ainda robusto - que elevam poder aquisitivo do consumidor -, é preciso lembrar outros aspectos macroeconômicos, que também afetam consumo, disse.

A especialista reiterou avaliação feitas em divulgações anteriores do ICC sobre patamares ainda elevados de endividamento e inadimplência dos consumidores. Ao mesmo tempo, isso ocorre em quadro de nível elevado de juros, na economia real. Isso porque a taxa básica de juros (Selic), que norteia juros de mercado, opera a 15% ao ano, maior patamar desde 2006.

Assim, continuou, o ICC pode até continuar a subir, no curto prazo, caso a **inflação** continue "comportada" e o mercado de trabalho ainda opere de forma expressiva. Mas Gouveia não acredita em confiança em alta do consumidor por prazo mais prolongado.

"A taxa de juros influencia a economia, desacelera a economia. E [a taxa de juros alta] vai acabar impactando consumo, emprego. Não tem muito jeito, os juros estão altos e as pessoas já estão muito endividadas", disse.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Galípolo minimiza as críticas do governo aos juros

DANIEL TOZZI MENDES, EDUARDO LAGUNA e FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/SÃO PAULO e MARIANNA GUALTER/BRASÍLIA

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse ontem que quem está à frente da autoridade monetária não pode se dar o direito de se incomodar com eventuais críticas do governo em relação ao nível da taxa de juro. "Se você está numa posição que você tem muita gente que é afetada pela sua atuação, pode existir pressão e pode existir gritaria.

Se você não vai se dar bem com isso, o Banco Central não é um local adequado", disse Galípolo, durante o almoço anual da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em São Paulo.

Segundo ele, é natural que sempre haja argumentações em favor "dos dois lados" em relação à condução da política monetária e também que o próprio governo traga o seu ponto de vista.

"É um debate que é sempre legítimo, democrático, e se o governo não puder falar, não puder debater, não puder propor, quem vai poder?", indagou.

O presidente do BC voltou a defender a atuação técnica da instituição e disse que o BC não deve se "emocionar" com o clamor popular, referindo-se às críticas aos juros altos. "Acho que é importante o BC não se emocionar e não ser uma instituição preocupada em fazer movimentos por questão de mídia ou de mobilização." Galípolo lembrou ainda que o BC lidou com problemas cumprindo "exatamente" o que dizem a norma e o regimento legal.

Questionado sobre a liquidação do Banco Master, ele disse que é preciso agradecer ao trabalho do Ministério Público e da Polícia Federal. "Foi muito importante o trabalho de cooperação e colaboração da maneira que a lei prevê, de quando o BC deve notificar, como foi identificado e notificado pela Diretoria de Fiscalização.

É muito gratificante estar dentro do Estado e ver as instituições de Estado funcionando da maneira que elas devem." BOLETIM FOCUS. As projeções do mercado para o IPCA deste ano captadas pelo relatório Focus, do Banco Central, voltaram a cair esta semana. Em relatório divulgado ontem, o IPCA de

2025 recuou de 4,46% para 4,45%, 0,05 ponto percentual abaixo do teto da meta de **inflação**, de 4,50% - há um mês, a estimativa do mercado era de 4,56%. A projeção para o IPCA de 2026 também recuou, de 4,20% para 4,18%.

O BC espera que o IPCA some 4,6% este ano, e 3,6% em 2026, conforme a trajetória divulgada no último ciclo de comunicações do Comitê de Política Monetária (Copom). No horizonte relevante, o segundo trimestre de 2027, o BC espera que a **inflação** em 12 meses esteja em 3,3%.

Na última reunião, o Copom manteve a Selic em 15%, pela terceira vez consecutiva. A mediana do Focus para a Selic no fim de 2025 permaneceu em 15%, pela 22.^a semana seguida. Para o fim de 2026, a mediana para a Selic caiu de 12,25% para 12%. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC: bancos são falíveis

» **RAPHAEL PATI**

O caso que envolve o Banco Master demanda a necessidade de aperfeiçoar a supervisão do Sistema Financeiro Nacional (SFN), na avaliação do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. A declaração foi concedida ontem, durante almoço com banqueiros organizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em São Paulo.

Sem citar nominalmente a instituição gerida por Daniel Vorcáro, que foi preso, na semana passada, pela Polícia Federal, o chefe da autoridade monetária destacou que "bancos são instituições falíveis".

"Esses problemas vão acontecer.

O importante é a gente sempre aprender e conseguir inovar para que você não caia na repetição de problemas que aconteceram no passado", disse Galípolo. Ele lembrou desafios da instituição em relação à estabilidade financeira e agradeceu a colaboração de outras entidades, como a Polícia Federal e o Ministério Público, nas investigações sobre fraudes financeiras.

"A obra de supervisão nunca está completa. O trabalho do BC nunca tem um ponto de chegada, é um movimento contínuo", destacou.

Além de Galípolo, também participaram do almoço vários ministros do governo, como Simone Tebet (do Planejamento e Orçamento), Esther Dweck (da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos), e Wolney Queiroz (da Previdência).

Autonomia Sobre a independência da política monetária, o presidente do BC sinalizou que a instituição deve resistir às pressões do Executivo para reduzir os juros, se considerar necessário, ao ser questionado se o banco sucumbiria a um possível desejo do Planalto de promover uma redução dos juros em ano eleitoral. "Ele (o BC) vai sempre perseguir o seu mandato e vai fazer o que for necessário, como a gente fez agora, ao colocar a taxa de juros em um patamar restritivo, com alguma segurança, e permanecer nesse patamar restritivo para induzir e produzir a convergência da inflação para a meta. E ainda estamos insatisfeitos, porque a gente ainda não está onde a gente gostaria de estar, então, por isso, estamos em um patamar restritivo", destacou ao comentar sobre a atual taxa básica da economia (Selic), de 15% ao ano.

Galípolo ainda comentou sobre a comunicação do BC, destacando que a instituição deve lidar com as consequências das escolhas da política monetária. O economista fez uma analogia entre a posição do BC na economia e a escolha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo seu nome em 2024. "O Banco Central é essa figura sempre com receio.

É, por definição, o primeiro dos pessimistas e o último dos otimistas.

Quando o presidente Lula me convidou, eu falei: "O senhor tem consciência de que eu sou o zagueiro, eu sou a última linha de defesa. De mim, a bola não pode passar." Esse é o papel do Banco Central. E se o BC fizer o papel dele bem feito, provavelmente, vai ser acusado pelos dois lados pelo que está fazendo."

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/11/25/all.pdf>

Juros altos travam o crescimento do Brasil

Os juros altos têm um custo que vai muito além dos números dos boletins econômicos. Eles limitam o crédito, freiam o consumo, inibem o investimento produtivo e comprometem a geração de empregos. Em outras palavras: travam o Brasil.

Na prática, a política monetária restritiva tem impedido que famílias e empresas avancem. Para o setor produtivo, o impacto é direto - menos acesso a capital de giro, projetos parados e perda de competitividade. Para os trabalhadores, o resultado é a desaceleração da economia e a redução das oportunidades de renda.

"Não existe crescimento sustentável com juros estratosféricos. Não há espaço para inovação, reindustrialização e crédito acessível. O que se vê é a paralisia dos investimentos produtivos, com sequelas para toda a sociedade", afirma Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O CUSTO DO DINHEIRO CARO

Hoje, o Brasil mantém uma das maiores taxas de juros reais do mundo. Essa diferença entre o custo do crédito e a rentabilidade da economia gera um desequilíbrio que afeta todos os elos da sociedade. Empresas adiam investimentos. Famílias postergam compras. O governo vê a arrecadação cair. O círculo virtuoso do crescimento se transforma em um ciclo de estagnação.

De acordo com levantamentos da CNI, o encarecimento do crédito e a queda da demanda interna estão entre os principais fatores que reduziram o desempenho da indústria em 2024 -

cenário que, se mantido, pode comprometer a recuperação econômica nos próximos anos.

UM PACTO PELO FUTURO

Para romper esse impasse, a CNI propõe o Pacto Brasil +25 - uma agenda nacional de desenvolvimento com horizonte de 25 anos.

A iniciativa busca mobilizar governo, setor produtivo e sociedade em torno de um objetivo comum: construir condições sustentáveis para o crescimento, conciliando estabilidade fiscal e expansão econômica.

O pacto propõe a criação de metas fiscais de longo prazo,

reformas estruturantes e políticas de Estado que garantam previsibilidade, confiança e estímulo à produção. O objetivo é harmonizar o equilíbrio das contas públicas com a promoção de investimentos, inovação e empregos.

"O país precisa de uma estratégia para o futuro, não de uma política monetária que nos mantém prisioneiros do passado", reforça Alban.

EQUILÍBRIO E CRESCIMENTO ANDAM JUNTOS

A redução sustentável da taxa Selic - a taxa básica de juros da economia brasileira - é

parte essencial dessa estratégia. Quando o custo do crédito cai, os investimentos aumentam, o consumo se recupera e o **PIB** reage. Essa dinâmica gera mais empregos e amplia a arrecadação, fortalecendo as contas públicas - um ciclo virtuoso que beneficia toda a sociedade.

O Pacto Brasil +25 propõe exatamente isso: um consenso em torno de políticas econômicas estáveis, previsíveis e voltadas ao desenvolvimento de longo prazo.

DESTRAVAR O BRASIL É UM COMPROMISSO COLETIVO

O desafio de tornar o país

mais produtivo, competitivo e inclusivo não cabe a um único setor. É uma tarefa de todos: governos, empresas, trabalhadores e cidadãos.

Reduzir os juros de forma responsável é o primeiro passo para abrir espaço ao investimento, à inovação e à prosperidade compartilhada.

"O Brasil precisa de uma nova visão - uma visão que reposicione o Banco Central e reorienta as políticas públicas para a responsabilidade, a racionalidade e, sobretudo, para o compromisso com o desenvolvimento nacional", conclui o presidente da CNI.

Site: https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2025/11/Jornal_A_Gazeta_AP_25_11_2025_.pdf

Obra de supervisão "nunca está completa", diz Galípolo

Lais Godinho, Álvaro Campos, Leonardo Godim* e Mariana Andrade* (*Participantes do Curso Valor de Jornalismo Econômico, sob supervisão de Lais Godinho)

Após a liquidação do Banco Master na última semana, o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou que a obra de supervisão do regulador é permanente, sobretudo porque os bancos são, por natureza, "instituições falíveis".

"Bancos são instituições falíveis. Acontece em um intervalo de uma década nos Estados Unidos, acontece na Suíça. O importante é sempre aprender e inovar para que não caia nos mesmos problemas do passado", disse ontem, durante evento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Galípolo elogiou o trabalho "competente" da equipe técnica do BC, que "seguiu o gabarito" e cumpriu o regimento legal, além da atuação conjunta do Ministério

Público Federal (MPF), da Polícia Federal (PF) e do Judiciário. "É muito gratificante estar dentro do Estado e ver as instituições funcionarem da maneira como devem", afirmou. "Alguns trabalhos não têm ponto de chegada, são contínuos."

Como mostrou o Valor, as investigações que deram origem à Operação Compliance Zero e culminaram na liquidação do Master começaram no próprio BC, após a identificação de indícios de carteiras de crédito artificiais. Ao detectar os sinais de fraude, o regulador comunicou o MP, que acionou a PF. Com ferramentas de investigação mais amplas, a PF aprofundou as apurações e reuniu evidências que embasaram o pedido de prisão preventiva de Daniel Vorcaro, dono do Master, e de outros seis envolvidos.

O ano de 2025 foi particularmente desafiador para o BC. Além do caso Master, a autoridade monetária teve de lidar com incidentes de segurança, como os ataques hackers que atingiram o sistema financeiro, enquanto mantinha a tarefa central de seu mandato: conduzir a **inflação** à meta.

Sobre os episódios de segurança, Galípolo afirmou que o BC atuou de forma "rápida e tempestiva" e destacou a contribuição da indústria financeira. Nos

últimos meses, o regulador apresentou novas normas, como a mudança na exigência de capital mínimo das instituições e a permissão de encerramento compulsório de "contas-bolsão". Paralelo, porém, ainda há necessidade de avançar em relação ao "perímetro regulatório", isto é, no conjunto de instituições e atividades que permanecem sob as regras e a supervisão do BC.

No campo da política monetária, Galípolo reforçou que o BC fará o necessário para garantir a convergência da **inflação** à meta. Disse

também que a autoridade monetária ainda não está satisfeita, "por isso seguimos em patamar restritivo". Por cautela, segundo ele, o BC deve ser "o primeiro dos pessimistas e o último dos otimistas".

"Gostaríamos que a **inflação** tivesse convergido mais rápido? Sim, mas tem custos para se fazer isso. O mais importante é que está na direção correta", afirmou.

O presidente do BC ressaltou ainda a importância de calibrar a comunicação da instituição, evitando movimentos voltados à mídia ou tentativas de protagonizar narrativas. "Cada vez que se pega meia-verdade, pode-se passar uma interpretação distorcida."

Sobre as críticas do governo à política monetária restritiva, Galípolo disse considerar que o "debate é sempre legítimo" e afirmou que não se incomoda com as manifestações.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>